

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.970 - MG (2019/0353765-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : LUCIO ADOLFO DA SILVA
ADVOGADO : LUCIO ADOLFO DA SILVA - MG056397
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : PAULO GILSON CHOPINHO DE CASTRO RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de PAULO GILSON CHOPINHO DE CASTRO RIBEIRO contra acórdão da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC nº 1.0000.19.108395-5/000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 332 e 288 do Código Penal.

Buscando a revogação da custódia, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada, por maioria, pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 12/25):

EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE INFLUÊNCIA E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA - DECISÃO FUNDAMENTADA - PRESENTES OS REQUISITOS DOS ART. 312 E 313 DO CPP - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO - ORDEM DENEGADA.

1. *Atendidos os requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, bem como presentes os pressupostos e ao menos um dos requisitos do art. 312 do CPP (garantia da ordem pública), deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes.*

2. *Ordem denegada.*

No presente *writ*, a defesa alega que foi deferida a liberdade aos dois corréus, um deles em situação idêntica à do paciente. Afirma que não estão

Superior Tribunal de Justiça

presentes fundamentos justificadores da prisão, e que incide ao caso o art. 580 do Código de Processo Penal.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura, se for o caso, com imposição de medidas cautelares alternativas.

É o relatório. Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

É certo que se mostra relevante o argumento da defesa, de que o fato de o paciente ter permanecido foragido não pode ser considerado para fundamentar a prisão, já que o corréu também fugiu e ainda assim foi beneficiado com a liberdade.

Porém, também são contundentes os aspectos diferenciais adotados como fundamento pela Corte *a quo* para afastar a extensão do benefício, em especial sua posição de preponderância no suposto esquema de desvio de salário de funcionários - o paciente é vereador, ao contrário do corréu, mero auxiliar -, e, principalmente, seu histórico de práticas delitivas, com condenações por envolvimento no "Jogo do Bicho" e por crime de peculato.

Desse modo, o caso não é livre de controvérsias e requer um exame mais aprofundado, inviabilizando o deferimento da liminar, mormente tendo-se em vista que ela se confunde com o próprio mérito da impetração.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

